Distritos	Concelhos	Classificação	Secretários de finanças			Técnicos verificadores de 3.ª classe	Ajudantes de verificador	Aspirantes concursados e aspirantes	Estagiários	Escriturários de 1.ª e 2.ª classes	Contínuos de 1.ª e 2.ª classes	Serventes
			De 1.ª classe	De 2.ª classe	De 3.ª classe							
Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo	1.ª	1	1	—	—	2	4	2	5	—	1
	Calheta	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	2	—	—
	Santa Cruz	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	2	—	—
	Velas	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	2	—	—
	Vila da Praia da Vitória	3.ª	—	—	1	—	1	5	—	3	—	—
Funchal	Calheta	3.ª	—	—	1	—	1	3	—	3	—	—
	Câmara de Lobos	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	1	—	—
	Funchal	1.ª	1	2	—	1	3	8	2	9	—	1
	Machico	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	1	—	—
	Ponta do Sol	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	2	—	—
	Porto Moniz	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	1	—	—
	Porto Santo	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	2	—	—
	Ribeira Brava	3.ª	—	—	1	—	1	2	—	2	—	—
	Santana	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	2	—	—
	Santa Cruz	3.ª	—	—	1	—	1	3	—	4	—	—
S. Vicente	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	2	—	—	
Horta	Corvo	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	1	—	—
	Horta	1.ª	1	—	—	—	1	3	2	4	—	1
	Lajes das Flores	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	1	—	—
	Lajes do Pico	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	2	—	—
	Madalena	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	1	—	—
	Santa Cruz das Flores	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	2	—	—
	S. Roque do Pico	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	2	—	—
Ponta Delgada	Lagoa	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	2	—	—
	Nordeste	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	2	—	—
	Ponta Delgada	1.ª	1	1	—	—	2	6	2	6	—	1
	Povoação	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	2	—	—
	Ribeira Grande	2.ª	—	1	—	—	1	3	—	4	—	—
	Vila Franca do Campo	3.ª	—	—	1	—	1	1	—	1	—	—
Vila do Porto	3.ª	—	—	1	—	1	2	—	1	—	—	

Ministério das Finanças, 29 de Junho de 1963. — O Ministro das Finanças, *António Manuel Pinto Barbosa*.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Repartição do Gabinete do Ministro

Portaria n.º 19 925

Considerando que os alunos internos dos liceus ou das escolas oficializadas podem beneficiar da dispensa de exame do 1.º e 2.º ciclos quando satisfaçam às condições estabelecidas no artigo 3.º do Decreto n.º 40 591, de 4 de Maio de 1956;

Considerando que no plano de estudos actualmente em vigor no Colégio Militar não foi tomada em conta aquela regalia;

Considerando, finalmente, que se afigura justo que aos alunos daquele estabelecimento de ensino seja aplicável o preceituado no artigo 3.º do citado diploma;

Tendo em vista o disposto nos artigos 4.º e 5.º do Decreto n.º 44 745, de 30 de Novembro de 1962:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, que ao n.º 4.º do plano de estudos para o Colégio Militar, aprovado e posto em execução pela Portaria n.º 19 740, de 4 de Março de 1963, seja aditada a seguinte alínea:

o) Os alunos que obtenham, na frequência de cada um dos anos que constituem o 1.º e 2.º ciclos, a clas-

sificação final de 14 valores ou superior e que em todos os períodos escolares, dentro de cada ciclo, hajam obtido em todas as disciplinas nota igual ou superior a 10 valores, podem ser, se assim o desejarem, dispensados do respectivo exame.

Ministério do Exército, 29 de Junho de 1963. — O Ministro do Exército, *Joaquim da Luz Cunha*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

Direcção-Geral dos Combustíveis

Por despacho ministerial de 18 de Junho de 1963 foi determinado que os preços de venda ao público dos combustíveis líquidos (gasolina, petróleo, gasóleo e *fuel-oil*), a partir de 1 de Julho de 1963, sejam os seguintes:

Gasolina IO 95 RM:

6\$ por litro, fornecida nos postos abastecedores autorizados para o efeito, do continente e ilhas adjacentes.

Gasolina IO 79 RM:

5\$30 por litro, fornecida nos postos abastecedores do continente e ilhas adjacentes.

Petróleo:

1\$85 por litro, fornecido aos revendedores em Lisboa. O preço de venda do petróleo ao consumidor é acrescido do diferencial de transporte fixado por despacho publicado no *Diário do Governo* n.º 133, 1.ª série, de 12 de Junho de 1959, e de \$15 por litro, correspondente ao diferencial de revenda.

Gasóleo:

2\$15 por litro, fornecido aos revendedores, no continente e ilhas adjacentes, nos postos de abastecimento, quer a granel, quer em taras. O diferencial de revenda de \$15 por litro é acrescido a este preço nos postos de revenda, pelo que o preço a fixar nestes postos é de 2\$30 por litro.

Fuel-oil:

\$90 por quilograma, fornecido a granel nas instalações de Lisboa.

Os preços de venda a granel nas instalações das companhias distribuidoras, no continente e ilhas adjacentes, serão obtidos a partir do preço-base de \$90 fixado para as instalações de Lisboa.

A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses o gasóleo e o *fuel-oil* serão fornecidos a granel, nos armazéns das companhias abastecedoras, em Lisboa, aos preços de:

Gasóleo — 1\$40 por litro.

Fuel-oil — \$55 por quilograma.

O Fundo de Abastecimento, pelas vendas feitas à C. P., receberá das companhias abastecedoras \$233 por litro de gasóleo e pagará \$169 por quilograma de *fuel-oil*.

Para a lavoura será mantida a bonificação de \$40 por litro de gasóleo.

Direcção-Geral dos Combustíveis, 27 de Junho de 1963. — O Director-Geral, *Francisco Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral de Transportes Terrestres

Decreto-Lei n.º 45 096

Da redacção do n.º 4.º do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 38 247, de 9 de Maio de 1951, na parte em que se preceitua que o Fundo Especial de Transportes Terrestres se destina, além do mais, a subsidiar a construção de variantes de estradas para supressão de passagens de nível, conclui-se que se teve em vista solucionar, na medida do possível, o magno problema das passagens de nível; todavia, a preocupação dominante de tornar possível ao Fundo Especial de Transportes Terrestres acudir aos encargos re-

sultantes do contrato de concessão única previstos no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 38 246, de 9 de Maio de 1951, não permitiu, na altura, uma mais ampla visão dos aspectos técnicos e administrativos de que se revestem as obras destinadas a garantir a necessária segurança na transposição das vias férreas, onde se tem verificado ultimamente um aumento sensível do número de desastres.

Efectivamente, não só não foi prevista a criação de novos pontos de atravessamento, como também não foi considerada a substituição de simples passagens de nível para peões por passagens superiores ou inferiores.

Por outro lado, suscitam-se dúvidas sobre se o simples alteamento ou rebaixamento do pavimento das rodovias que atravessam as linhas férreas, com vista à substituição de passagens de nível por passagens inferiores ou superiores, se podem considerar variantes, uma vez que o termo «variante» faz subentender alteração ao traçado planimétrico; e, ainda, se a designação «estradas» pode englobar os «caminhos municipais» e os «caminhos vicinais», em face da classificação estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 34 593, de 11 de Maio de 1945.

Reconhece-se, assim, ser necessário aclarar a redacção do referido n.º 4.º do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 38 247, dando-se-lhe simultaneamente o âmbito indispensável ao fim para que foi criado — estabelecimento dos meios necessários a facilitar o acesso ao caminho de ferro e a evitar tanto quanto possível a transposição das vias férreas ao mesmo nível destas.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. O n.º 4.º do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 38 247, de 9 de Maio de 1951, passa a ter a seguinte redacção:

4.º A subsidiar a construção e grande reparação das vias de acesso às estações de caminho de ferro, até 10 km das mesmas, e a construção de passagens superiores e inferiores para supressão de passagens de nível, bem como de outras obras reputadas de interesse público e destinadas a facilitar a transposição das vias férreas em nível diferente destas.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Junho de 1963. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Joaquim da Luz Cunha* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *António Augusto Peixoto Correia* — *Inocência Galvão Teles* — *Luis Maria Teixeira Pinto* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *José João Gonçalves de Proença* — *Pedro Mário Soares Martinez*.